

»Entrevista | HERMAN BENJAMIN | PRESIDENTE DO STJ

IA: uma revolução na prática jurídica

Ministro fala sobre a adoção da inteligência artificial para contribuir com a eficiência no manejo dos processos no Superior Tribunal de Justiça

» ANA DUBEUX

Desde 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem sido considerado uma referência na adoção ética, eficiente e responsável da inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro. A Corte vem adotando, com base em diretrizes normativas, resoluções internas e formação contínua dos servidores e ministros, medidas para trazer inovações tecnológicas aplicadas à magistratura. Há três meses, deu um novo passo: o lançamento do STJ Logos, que utiliza IA generativa para permitir interação intuitiva e eficiente com os processos.

Desde então, a ferramenta já foi usada 90 mil vezes, como informou o ministro Herman Benjamin, presidente do STJ, que deu entrevista ao **Correio** sobre a iniciativa. Para ele, o principal desafio de usar a IA para a prática judiciária “reside na convergência entre duas expertises distintas: o domínio jurídico tradicional e as habilidades tecnológicas emergentes, especificamente a construção de comandos precisos e eficazes para que a IA compreenda adequadamente as nuances e complexidades do raciocínio jurídico”.

Segundo ele, o STJ está passando por um processo de transformação e aprendizado contínuo, desenvolvendo competências híbridas que combinam conhecimento legal profundo e tecnologia. A IA, na avaliação do ministro, vai contribuir para reduzir disparidades em sentenças de causas semelhantes e aumentar a segurança jurídica. “Além disso, acelera os julgamentos, o que é fundamental para a efetividade dos direitos. A celeridade processual amplia o acesso à Justiça, especialmente para populações vulneráveis”, disse. A seguir, trechos da entrevista exclusiva ao **Correio**.

Como o STJ está se adaptando ao uso de ferramentas de IA no dia a dia da Corte?

O STJ tem distinguido o uso da inteligência artificial tradicional, voltada à automação de tarefas, da inteligência artificial generativa, capaz de interagir com linguagem natural e produzir conteúdos com base em grandes volumes de dados. As ferramentas lançadas recentemente elevaram o tribunal a um novo patamar tecnológico, destacando-se o STJ Logos, que utiliza IA generativa para permitir interação intuitiva e eficiente com os processos. Em apenas três meses, a ferramenta já foi utilizada mais de 90 mil vezes.

Esse processo envolve todos os setores do tribunal?

Para garantir uma transição responsável, o STJ desenvolveu um programa abrangente de conscientização e capacitação, envolvendo magistrados, servidores e colaboradores — incluindo os servidores recém-empoados, que já passaram por formação específica em IA generativa. Esse processo formativo assegura não apenas a competência técnica no uso das ferramentas, mas também a aderência rigorosa aos parâmetros éticos e funcionais estabelecidos pela Resolução nº 615 do CNJ.

Qual é o maior compromisso da Corte?

Um aspecto fundamental da estratégia institucional é o cuidado em não anunciar planos ou soluções hipotéticas: no STJ, só se comunica aquilo que já começou a ser efetivamente implementado. Essa diretriz reflete o compromisso da Corte com uma inovação tecnológica sustentada por responsabilidade, seriedade e governança, mantendo o tribunal como referência na implementação ética e eficiente da

Fotos: STJ/Divulgação



A conciliação entre produtividade e ética traz desafios e oportunidades na modernização do Poder Judiciário. A sociedade contemporânea espera do sistema judicial não só rapidez, mas também uma análise humanizada e sensível de suas causas"



IA no Poder Judiciário brasileiro desde 2018.

Qual é a maior dificuldade para o uso de IA na prestação da justiça?

O principal desafio reside na convergência entre duas expertises distintas: o domínio jurídico tradicional e as habilidades tecnológicas emergentes, especificamente a construção de comandos precisos e eficazes para que a IA compreenda adequadamente as nuances e complexidades do raciocínio jurídico. O STJ está passando por um processo de transformação e aprendizado contínuo, desenvolvendo competências híbridas que combinam conhecimento legal profundo e tecnologia. Isso inclui aprender a traduzir conceitos jurídicos abstratos em linguagem que os algoritmos possam processar eficientemente, sem perder a precisão técnica e a sensibilidade interpretativa que caracterizam o trabalho judicial. O desafio é grande, considerando que cada área do direito possui suas particularidades, exigindo refinamento específico. Trata-se de uma revolução na formação e na prática jurídica, demandando investimento contínuo em capacitação e experimentação para obtermos os melhores resultados.

De que maneira a IA pode auxiliar na promoção dos direitos humanos, nos tribunais e na sociedade?

A IA contribui significativamente para a promoção dos direitos humanos por múltiplas formas. Primeiramente, promove segurança jurídica, ao facilitar

que causas semelhantes tenham soluções semelhantes, reduzindo disparidades e garantindo tratamento equitativo perante a lei. Além disso, acelera os julgamentos, o que é fundamental para a efetividade dos direitos. A celeridade processual amplia o acesso à Justiça, especialmente para populações vulneráveis. A IA também democratiza o conhecimento jurídico ao facilitar a identificação de precedentes e jurisprudência, permitindo decisões mais fundamentadas e consistentes. Na sociedade, essas melhorias se traduzem em maior confiança no sistema judicial, redução de custos processuais e, consequentemente, um ambiente mais propício ao exercício pleno da cidadania e dos direitos fundamentais.

Considerando que a IA pode aprender com dados históricos, não haveria o risco de ela reproduzir ou até amplificar preconceitos existentes?

Sim, esse é um risco real e amplamente reconhecido pela comunidade jurídica e tecnológica. Os algoritmos podem perpetuar e até amplificar vieses presentes em dados históricos, que muitas vezes refletem desigualdades e discriminações sociais do passado. Consciente dessa problemática, o STJ adotou um protocolo rigoroso de governança: toda aplicação de IA opera exclusivamente sob supervisão humana qualificada. Os resultados apresentados pela IA passam sempre por análise crítica e conferência de magistrados e servidores especializados antes de serem

efetivamente utilizados. Dessa forma, a IA atua como ferramenta de apoio, mas a decisão judicial permanece essencialmente humana.

É possível conciliar produtividade e ética quando se usa IA para análise de processos?

Não apenas é possível, como é imperativo. A conciliação entre produtividade e ética traz desafios e oportunidades na modernização do Poder Judiciário. A sociedade contemporânea espera do sistema judicial não só rapidez, mas também uma análise humanizada e sensível de suas causas, considerando as particularidades e nuances que só o discernimento humano pode captar. A IA atua como catalisadora dessa conciliação ao automatizar tarefas repetitivas e de triagem e auxiliar na análise de questões repetitivas, liberando magistrados e servidores para se concentrarem nos aspectos mais complexos e sensíveis de cada caso.

Isso agiliza os processos?

Exato. Isso permite produzir decisões mais rápidas sem comprometer a qualidade da análise jurídica. O desafio está em estabelecer protocolos claros que garantam que a eficiência tecnológica não substitua o julgamento humano, mas sim, o potencialize. A ética, nesse contexto, não é um obstáculo à produtividade, mas sim, sua bússola orientadora, assegurando que cada decisão judicial mantenha sua legitimidade, fundamentação adequada e respeito aos direitos fundamentais.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

pacífico



Haddad é refém da cultura petista do rechaço e da economia do afeto

No seu artigo publicado na *Carta Capital* nº 1363 (datada de 28 de maio de 2025), intitulado *Absurdos da “Ciência” Econômica*, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo discorre sobre as limitações dos modelos macroeconômicos contemporâneos. Parte de uma definição de John Maynard Keynes — autor da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (Saraiva), de 1936, sua obra-prima — sobre o perfil ideal dos economistas.

Keynes virou do avesso a teoria clássica do emprego de *A Riqueza das Nações* (Nova Fronteira), de Adam Smith, obra publicada em 1776, ao analisar a Grande Depressão causada pelo crack da Bolsa de Nova York de 1929. O consenso da época era de que a economia chegaria espontaneamente e naturalmente ao equilíbrio. E quem quisesse trabalhar, encontraria emprego, bastava aceitar salários mais baixos. Keynes inverteu o esse modelo clássico de causa e efeito.

Para a teoria clássica, o desemprego era uma escolha causada pelo alcoolismo e/ou pelo jogo. Devido à prolongada recessão, Keynes concluiu que o desemprego era involuntário, porque a ausência de demanda aprisionava empresas e trabalhadores num círculo vicioso de subprodução e desemprego. A solução, segundo ele, era os governos gastarem mais, para investir na economia, de modo que a procura global dos produtos crescesse. Isso estimularia as empresas a admitirem mais trabalhadores.

À medida que os preços subissem, os salários reais cairiam, fazendo a economia voltar ao pleno emprego. Keynes não se importava como o Estado gastaria: “O Tesouro poderia encher garrafas usadas com papel-moeda e as enterrar”. Para ele, bastava “deixar à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do laissez-faire, a tarefa de desenterrar novamente as notas”. Desde que o governo injetasse demanda na economia, todo o sistema começaria a se recuperar.

Seu maior adversário foi o economista americano Robert Lucas Jr. Indagado sobre como definiria um contador desempregado que dirigia um táxi por falta de emprego, respondeu: “Eu o chamaria de taxista”. As teses de Keynes caíram em desgraça nos anos 1970, quando as economias europeias enfrentaram problemas, mas por aqui estão vivíssimas. Crítico dos seus colegas liberais, Belluzzo recorreu a Keynes para elencar os requisitos de um bom economista, “que deve combinar os talentos de matemático, historiador, estadista e filósofo (na medida certa)”.

Mais ainda: “Deve entender os aspectos simbólicos e falar com palavras correntes. Deve ser capaz de integrar o particular quando se refere ao geral e tocar o abstrato e o concreto com o mesmo voo do pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado e tendo em vista o futuro. Nenhuma parte da natureza do homem deve ficar fora da sua análise. Deve ser simultaneamente desinteressado e pragmático: estar fora da realidade e ser incorruptível como um artista, estando, embora noutras ocasiões, tão perto da terra como um político”.

Fogo amigo

Advogado, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), na qual se formou em direito, mestre em economia e doutor em filosofia. Trabalhou como analista de investimento no Unibanco, foi subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT). Elaborou o projeto das parcerias público-privadas (PPPs) no Brasil, na equipe do então ministro do Planejamento, Guido Mantega (2003–2004). Foi ministro da Educação de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff, e prefeito da cidade de São Paulo de 2013 a 2016.

Seu perfil atende a quase todos os requisitos de Keynes, mas é aí que mora o problema. É visto como um ministro desenvolvimentista pelo mercado, que gostaria que adotasse uma política mais liberal. No fundo, é um social-liberal, que também não atende às exigências dos desenvolvimentistas do PT. Por isso, vive sob dupla desconfinança: do mercado financeiro, que marca em cima suas decisões, e dos militantes petistas, que gostariam de uma política mais intervencionista e promovem o “fogo amigo”.

O pacote de medidas fiscais anunciado na quinta-feira é uma síntese dessa contradição: um congelamento de gastos de R\$ 31,3 bilhões, que atende aos analistas do mercado, e um ganho de arrecadação (esperado) de R\$ 20,5 bilhões, com mudanças no imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que desagrada aos rentistas. O ajuste é de quase R\$ 52 bilhões, mesmo assim, o déficit das contas públicas deve chegar a R\$ 76,6 bilhões, o que representaria 0,6% do PIB. Resultado: apanha dos dois lados.

Deveria ser de um lado só, mas Haddad é refém da “cultura do rechaço” do PT e da “economia do afeto” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Forjam a alma do petismo e do lulismo, respectivamente, segundo o historiador Alberto Aggio, no livro *A construção da democracia no Brasil* — 1985-2025 (Fundação Astrojildo Pereira/Annablume). Esses conceitos merecem cada qual uma coluna, mas aqui são autoexplicativos: o PT não desencarna de sua oposição ao Plano Real, em especial ao ajuste fiscal; Lula não abre mão da “economia do afeto”, o eixo de sua identificação com os mais pobres, com a qual pretende se reeleger.